

O que há de tão perigoso no fato de as pessoas falarem? Reflexões sobre a emergência da história oral contemporânea

Heliana de Barros Conde Rodrigues
Vanessa Menezes de Andrade
Daniel Maribondo Barboza
Amanda dos Santos Gonçalves
Fernanda Alcântara

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, RJ, Brasil*

RESUMO

O artigo aborda a emergência do movimento contemporâneo da História Oral, ligado a Allan Nevins e ao Oral History Research Office da Universidade de Columbia. A despeito do reconhecimento de experiências anteriores nas ciências sociais do século XX e da busca de precursores, como Heródoto, na Antiguidade, analistas da História Oral preferem situar os começos do movimento no pós-guerra norte-americano. Nesta linha, esforços têm sido feitos para identificar os motivos de tal datação e localização – contexto no qual igualmente se insere a presente discussão, que recorre a ferramentas foucaultianas para circunscrever o modo de produção de uma história oral posteriormente designada como “modelo Columbia”. Levando em conta que a tentativa de introduzir a disciplina no Brasil, em 1975, esteve sob a égide de tal modelo, põe-se em análise a hipótese de que nossa história oral tenha emergido na forma de uma história das elites.

Palavras-chave: História oral; história das elites; elites da história.

ABSTRACT

What is so dangerous in speech? The emergence of contemporary Oral History

The paper discusses the emergence of the contemporary movement of Oral History, connected to Allan Nevins and the Oral History Research Office of Columbia University. Despite the recognition of previous experiences in the social sciences of the twentieth century and the search of precursors, like Herodotus, in Ancient World, the analysts prefer to locate the beginning of the Oral History movement in post-war United States. Therefore, efforts have been made to identify the reasons for this timing and location – context in which is situated the discussion of this paper, which uses Foucault's tools to define the mode of production of an oral history subsequently designated as “Columbia paradigm”. Realizing that the attempt to introduce the discipline in Brazil, in 1975, was under the aegis of this model, the hypothesis that our oral history has emerged as a history of elites is submitted to analysis.

Keywords: Oral History; history of elites; elites of the history.

RESUMEN

¿Qué hay de peligroso en que la gente hable? Reflexiones sobre el surgimiento de la historia oral contemporánea

El artículo se centra en el surgimiento del movimiento contemporáneo de la historia oral, que se conecta a Allan Nevins y al *Oral History Research Office* de la Universidad de Columbia. A pesar del reconocimiento de experiencias previas en las ciencias sociales del siglo XX y de la búsqueda de precursores, como Herodoto, en la Antigüedad, los analistas de la Historia Oral prefieren situar los comienzos del movimiento en la posguerra de los Estados Unidos. En este sentido, se han realizado esfuerzos para identificar las razones de la fecha y del lugar del surgimiento – también el contexto de la presente discusión, que se basa en herramientas foucaultianas para definir el modo de producción de una historia oral más tarde designada como “modelo de Columbia”. Teniendo en cuenta que el intento de introducir la disciplina en Brasil, en 1975, estuvo bajo la égida de este modelo, se pone en análisis la hipótesis de que nuestra historia oral haya surgido en la forma de una historia de las élites.

Palabras clave: Historia oral; historia de las élites; élites de la historia.

INTRODUÇÃO

Para “aprendizes de feiticeiros” em História, como nós, a exploração do campo da História Oral redundou, a princípio, em estonteante desorientação, a ponto de nos sentirmos a bordo de uma “Nau dos Loucos” e, qual supõe Foucault (1987a), “prisioneiros da passagem”. Apesar disso, desejando recorrer à História Oral com vistas à (re)construção da História da Análise Institucional (AI)¹ no Brasil, não nos resignamos a ser meros aplicadores, obedientes, de métodos.

O paradigma de nosso interesse convida a lançar mão de entrevistas. Permeada de conceitos e dispositivos de variados matizes – sociológicos, históricos, filosóficos, culturais, militantes –, a Análise Institucional se afigura, para seus ainda vivos e atuantes adeptos, como bem mais do que uma teoria e/ou um procedimento profissionalizado, o que faz prever que não possa ser separada das histórias de vida de tais agentes.

Como grupo de pesquisa, parte de nosso tempo está voltado ao estudo da história da História Oral. Em meio a tal percurso, uma inquietação: o surgimento da História Oral contemporânea no pós-guerra norte-americano, em ligação com Allan Nevins e o Oral History Research Office da Universidade de Columbia, na declarada intenção de construir um grande arquivo de depoimentos de homens considerados excepcionais nos campos da política, da economia, da guerra e da cultura.

O problema não é novo. Os estudiosos o têm abordado à exaustão, em geral enfatizando a perspectiva positivista desse começo (ou recomeço) e o caráter acrítico que o cerca: ser positivista, após as demolidoras críticas empreendidas pelos marxistas e pela Escola dos Annales, soa a evidente menoridade, tanto política quanto epistemológica. Justamente por isso, algo nos moveu à pesquisa: aquela curiosidade que “vale a pena ser praticada com obstinação”, pois “permite separar-se de si mesmo” (Foucault, 1984, p. 13).

Aguçou-se ela ainda mais quando nos deparamos com o começo oficial da História Oral no Brasil, em meados dos anos 1970, supostamente marcado pela mesma “história das elites” – ocorrência explicável pelo “contexto” (a Ditadura Militar então vigente), segundo opinam alguns comentadores.

Nesse sentido, o ensaio que se segue relata nossas tentativas de abordar esses dois aparecimentos da História Oral. Sem enquadrá-los aprioristicamente em vereditos glorificantes ou condenatórios, buscamos analisar de forma nuançada suas condições de emergência.

Se as análises assim empreendidas trazem, ou não, algo de novo às histórias da História Oral, não

sabemos ao certo. Porém estamos seguros de que alimentam nossa forma atual de recorrer à oralidade, que procura manter vivas as controvérsias que a tornam interessante. Em síntese, nossas análises remetem às seguintes relações: a) história e presente; b) história e controle discursivo; c) história e especialismos; d) história e instituição acadêmica.

No intuito de explorá-las, cumpre que nos arrisquemos por mares nunca dantes navegados...

DE HERÓDOTO... AO COMPUTADOR?

Sabe-se que Heródoto de Halicarnasso, no longínquo século V a.C., apreciava sobremaneira a oralidade: procurava testemunhas oculares e as interrogava minuciosamente, em especial quanto às guerras do mundo mediterrâneo. A legitimação da história oral via apelo a continuidades milenares como essa tem sido a prática de alguns historiadores contemporâneos, bem como o argumento a que outros recorrem para desqualificar o procedimento. No seio dessa erudita *langue de bois* eventualmente se intromete a tecnologia: um exame acurado da expressão *história oral* revelaria, talvez, que ela descende menos dos testemunhos colhidos por Heródoto que de um aparelhinho saído da Segunda Guerra Mundial, o gravador de fita.

Reunindo os argumentos da antiguidade e do progresso tecnológico, Starr (1996, p. 40) chegou, inclusive, a lamentar certos descuidos arquivísticos do “pai da história”: “... Heródoto não manteve o registro verbal do que seus informantes lhe disseram, ou, se o fez, este se perdeu. O propósito da história oral é obter e preservar tal registro”. Declarações como essa animaram os críticos da História Oral a censurar seus defensores pelo fato de estes últimos atribuírem a saída do procedimento do obscurantismo a que fora relegado pelo prestígio do documento escrito a um mero *progresso tecnológico*. Trebisch (1994, p. 19), por exemplo, fala em uma “genealogia mítica” da história oral, cujos tentáculos poderiam estender-se quer ao século XIX quer à Antiguidade Grega. Com isso, levamos a imaginar a possibilidade de novas alegações progressistas, associáveis às últimas décadas do século XX, momento de expansão dos computadores e das redes virtuais de informação.

Preferimos, entretanto, abandonar de imediato o confronto continuísmo *versus* descontinuísmo – categorias tão usadas que acabaram por perder muito de seu valor heurístico –, para penetrar na rede de práticas e discursos constitutiva da *história da história oral*. Como ponto de apoio para essa decisão, reluz certa indagação foucaultiana: “... o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus

discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (Foucault, 1996, p. 8).

OS VIVOS E OS MORTOS

A *North American History Association* atribui o estabelecimento da História Oral como “técnica moderna de documentação histórica” a Allan Nevins, que, em 1948, “começou a gravar as memórias de pessoas importantes na vida americana” (Thomson, 2000, p. 47).

Os Estados Unidos possuíam seus “heródotos”. Primeiramente, o milionário H.H. Bancroft que, no século XIX, decidira coletar todas as fontes disponíveis sobre a Califórnia: além de comprar a documentação depositada em órgãos oficiais ou sob a guarda de famílias, recrutou uma multidão de repórteres para obter declarações de testemunhas. Já no século XX, iniciativas universitárias, como a *Escola de Chicago*, e programas governamentais, qual o *Federal Writers’ Project* compilaram centenas de *histórias de vida*.

Se alguma semelhança existe entre Nevins, Bancroft, Chicago e o *Federal Writers’ Project*, ela passa pela presença – efetiva ou visada – de altas somas em dinheiro. E isto, isoladamente, nada explica. Sendo assim, à moda da velha História Política, falemos um pouco do personagem fundador.

Embora Allan Nevins tenha chegado à presidência da *American Historical Association*, o meio historiográfico nele via um *outsider*, já que iniciara carreira no jornalismo. Posteriormente professor em Cornell e Columbia, teve profícua produção escrita: mais de 60 livros, dentre eles uma História da Guerra Civil Americana em oito volumes, além de sete biografias.

Já em 1938, em *Gateway to history*, Nevins sugere duas inovações: uma popularização da história para as multidões e a criação de “alguma organização que faça uma tentativa sistemática de obter, dos lábios e papéis de americanos vivos que tenham experimentado existências significativas, um registro completo de participação na vida política, econômica e cultural dos últimos 60 anos” (Nevins, *apud* Dunaway e Baum, 1996, p. 28).

Em texto originalmente datado de 1966, Nevins (1996, p. 30) se propõe a esclarecer *como e por que* teria nascido a história oral. Referindo-se ao livro de um certo Dr. Johnson (*Letters to Death Authors*), destaca a seguinte frase: “*In the grave we shall receive no letters*”. Historiador precavido, inclusive porque, por vício jornalístico, lê diariamente os obituários, pensa em antecipar-se à perda das *letters*. Presente, em acréscimo, que mortes virtuais também ameaçam seus precisos documentos: a moderna tecnologia, feita

de automóveis, aviões e telefones, reduz a necessidade da escritura. Das palavras de Nevins, conclui-se que sua alegada criação, a história oral, busca prevenir a morte, usando como estratégia, no caso daquela devida à tecnologia, o veneno contra o veneno: a tecnologia de gravação.

Embora essa afirmação soe a *homeopatia*, tudo é grandioso no projeto: “Era natural que eles [os idealizadores da História Oral] devessem estar lotados no departamento de história da maior e mais movimentada cidade do continente. Era certo que deviam ter algum conhecimento do que o editor californiano H. H. Bancroft fizera para preservar um retrato (...) dos primeiros anos do *Golden State* entrevistando levas de pioneiros e colocando no papel suas reminiscências ditadas” (Nevins, 1996, p. 30-31). Nevins e seus colaboradores estavam lotados no Departamento de História da Universidade de Columbia (New York) e bem a par das coletas empreendidas por Bancroft. Para seguir as pegadas do editor, faltava-lhes apenas fortuna.

A solução veio das mãos, ou do bolso, de outro Bancroft. Um dos primeiros doutores de Columbia era Frederic Bancroft, ex-bibliotecário do Departamento de Estado norte-americano, cujo irmão, homem riquíssimo, lhe legara cerca de dois milhões de dólares. Nevins ia frequentemente a Washington para tentar convencê-lo a doar o dinheiro a Columbia. Teve sucesso no empreendimento: a fortuna de Bancroft, legada *post mortem* à Universidade, permitiu que o programa de História Oral fosse implantado, com orçamento entre 36 e 40 mil dólares anuais. Dentre os projetos cedo levados a cabo, destacam-se: o realizado em uma indústria de petróleo no Texas, o efetuado junto ao *Book-of-the-Month Club* e o implementado na *Ford Motor Company*.

Nos movimentos iniciais, Nevins não dispõe de equipamento de gravação e se faz acompanhar por um estudante que toma notas, transcrevendo-as após as entrevistas. Embora os primeiros modelos norte-americanos de gravador de fita surgissem em abril de 1948², o historiador não os conhecia, passando a utilizá-los somente a partir do ano seguinte: o juiz Learned Hand foi o primeiro *great man* a ser gravado, em janeiro de 1949. Mas se a fita magnética parece ser a irrecusável base material da documentação em história *oral*, isto não se confirma, conforme veremos, mediante um exame mais acurado.

FILL IN THE BLANKS

Qualquer estudante de inglês se depara, em algum momento, com o antipático cabeçalho ‘*Fill in the blanks*’. As trajetórias primevas da história oral norte-

americana estiveram voltadas a fazer obedecer a essa preempção investiva.

Tal *performance*, contudo, não foi tão fácil quanto o inicialmente previsto. Embora Berkeley iniciasse seu programa em 1954 e a Universidade de Los Angeles em 1959, a História Oral interessou mais a Bibliotecas e Arquivos do que a departamentos universitários.

As ambições se viram, assim, bastante reduzidas: o *status* da história oral, dos anos 1940 ao começo dos 1960, limitou-se ao de uma técnica auxiliar, ou mesmo marginal, no interior do continente historiográfico. Para isto contribuiu sobremaneira, paradoxalmente, a busca de respeitabilidade via *padrões* – fixação de técnicas de transcrição e disponibilização, normatização da cessão de direitos etc. –, pois visto que a nova história (oral) demandava aceitação por parte dos acadêmicos, estes passaram rapidamente de clientes a patrões.

Conforme reconhece Starr (1996, p. 42-43), as reivindicações de praticidade definiram o destino inicial do documento de história oral: “Fita *versus* transcrição foi um tema de intenso debate entre os envolvidos com história oral, que gradualmente se encaminha para uma solução (...) para a maioria dos pesquisadores, um documento escrito que contém páginas numeradas e um índice é amplamente preferível. O que quer que desejem copiar ou parafrasear está à sua frente, em branco e preto”. A teorização produzida a esse respeito, quando existente, reduzia-se a frágeis comparações, nas quais, de modo geral, a oralidade das fontes perdia qualquer singularidade: “... como a memória é falível, possíveis distorções e contradições por vezes ficam sem solução. Mas esses problemas de avaliação não são muito diferentes dos inerentes ao uso de cartas, diários e outras fontes primárias (...)” (idem, p. 40).

Nossa narrativa, até o momento, mantém-se quase jornalística (ou, talvez pior, positivista): salta de um fato datado a outro, prende-se às intenções de supostos sujeitos criadores, preenche lacunas em direção a um texto totalizado. Mas ela pode (e vai) mudar.

HISTÓRIAS DE HISTÓRIAS

De acordo com Grele (1996), a profissionalização do historiador nos Estados Unidos ocorreu nas últimas décadas do século XIX, sob a égide de cânones de cientificidade: aspirava-se a uma *reconstituição objetiva do passado*, baseada na linhagem da historiografia alemã definida por Leopold von Ranke. Dentre os padrões consagrados, destacavam-se a valorização exclusiva do documento escrito, a prática dos seminários de pesquisa e a definição do historiador como portador de um título de Doutor.

Tais cristalizações não se deram sem conflitos. Diz-nos Grele que os seminários de Herbert Baxter

Adams, reconhecido como “pai do método alemão na historiografia americana”, na Universidade John Hopkins “tornaram-se o modelo para a profissão” (idem, p. 63). No entanto, J. Franklin Jameson, um dos alunos de Adams, os descreve de modo bastante diferente do presumido padrão: “o principal do encontro consiste em atrações vindas de fora, ora um general confederado, ora um velho partidário exumado para nos trazer reminiscências” (Jameson, *apud* Grele, 1996, p. 63). Pode-se concluir, a partir dessa caracterização, que Adams atribuía valor histórico aos testemunhos pessoais e que os estudos históricos norte-americanos somente se limitaram ao exame e contextualização de documentos escritos quando Jameson e seus pares assumiram a liderança da profissão. A partir de então, “a prática das entrevistas, quando teve prosseguimento, foi confinada a historiadores regionais amadores ou a jornalistas” (Grelle, 1996, p. 64). As entrevistas retornarão às sendas da história *tout court* precisamente pelas mãos de um jornalista-historiador, e grande parte dos trabalhos que enfocam as iniciativas de Nevins contentam-se em assinalar esse parentesco, quase sempre minorizante, com a mídia.

Interessante exceção pode ser encontrada na análise efetuada pela brasileira Diana Vidal que, visando a compreender a história oral como *método do presente*, engendra pistas sugestivas: recorrendo a Benjamin (1994), afirma que a guerra emudeceu os homens, tornando-os pobres em experiências comunicáveis e marcando o triunfo da informação sobre a narração³; apelando a Le Goff (1990), refere-se aos desafios trazidos à História pela Segunda Guerra Mundial – ênfase no particular e busca de identidade por parte dos povos; finalmente, mais uma vez chamando Benjamin (1983) em seu auxílio, propõe perspectiva original para apreciar a relação entre história oral e novas tecnologias – o cinema faz-se modelo de um mundo pleno de movimento e imagens, provocando um repensar da prática da história (Vidal, 1990, p. 77-78).

As hipóteses são provocadoras, mas a autora as abandona tão logo formuladas, já que a preocupação maior de seu artigo é questionar o que denomina “mito da história oral como prática inevitavelmente democrática”. Embora o estilo de nosso artigo pareça situar o leitor como uma espécie de *tabula rasa*, cumpre reconhecer que ele já saiba da quase identificação, durante os anos 1960/70, entre história oral e movimentos libertários. Não falávamos até o momento, todavia, dessa história oral ainda por vir, mas de uma história das elites, de uma história branca e de brancos, de uma bem comportada história produtora de arquivos para doutorandos. Neste sentido, Vidal não contribui para a singularização do problema, pois toma do movimento somente sua face – com justiça – mais

famosa, a história oral ativista ou militante, também chamada de “história vista de baixo”. Faculta, outrossim, tecer uma rede para nossa indagação, qual seja: guerra, experiência, identidades, reprodutibilidade e expansão de movimentos, imagens, ações e discursos, o que tem tudo isso a ver com a *emergência* e as *características assumidas pela história oral nas décadas de 1940/50 nos Estados Unidos?*

A HISTÓRIA NORTE-AMERICANA E SEUS FALCÕES

Em trabalho sobre o panorama internacional da historiografia, Fontana (1998) dedica algumas páginas à *história da história* nos Estados Unidos. A princípio discorre sobre o panorama dos anos 1930, quando “os livros de texto de história que não manifestassem um patriotismo conservador eram denunciados, proibidos ou queimados” (idem, p. 15). A organização *Daughters of the Colonial Wars* pontificava, então: “Todos os velhos livros de história ensinavam sobre ‘meu país, com razão ou sem ela’. Este é o ponto de vista que queremos que nossos filhos adotem” (idem, p. 15).

Tão impressionante relato empalidece em face do ocorrido nos anos da Guerra Fria, momento em que houve, por todo o país, cruzadas contra livros pretensamente subversivos. A *Daughters of American Revolution* denunciou 170 títulos, e Fontana nos brinda com um exemplo de frase passível, à época, de ser acusada de pró-comunista: “... a democracia é a forma de governo em que o poder soberano está nas mãos do povo coletivamente” (idem, p. 16).

Se nos voltarmos para a Universidade, encontraremos menos censura explícita, porém mais corrupção e manipulação. Fazendo menção a documentos oficiais recentemente liberados à época da publicação de seu trabalho, Fontana exhibe a trajetória das ciências sendo orientada por financiamentos emanados do Departamento de Defesa, da CIA e de fundações de cunho conservador. Segundo ele, no famoso *Massachusetts Institute of Technology*, por exemplo, estavam lotados verdadeiros *falcões* como Walter Rostow – professor de contra-insurgência na escola de guerra de Fort Bragg – e terroristas profissionais como Lucien Pye – um dos inspiradores das práticas que levaram à derrubada de Sukarno na Indonésia, à custa de milhares de mortes.

Mediante essas considerações não pretendemos, à maneira das teorias conspiratórias, sugerir que os primeiros programas de História Oral norte-americanos fossem *ninhos de falcões*. Nosso objetivo é mais matizado, pois recorre ao que Foucault (1987b) denomina “jogo de possibilidades estratégicas”. Com tal expressão, ele define certa maneira de entender as

relações entre o discursivo e o econômico-político, bastante diversa daquelas formulações que vêm o último se refletindo na consciência dos agentes – história das mentalidades – ou emergindo, ao modo de analogia, nos sistemas de conceitos utilizados – história (externalista) das ciências e/ou sociologia do conhecimento. Nossa própria indagação, em consonância com a postura foucaultiana, ganha, conseqüentemente, a seguinte formulação: de que modo o estatuto assumido pela história oral norte-americana nos anos 1940/50 – suas condições de emergência e funcionamento – está relacionado às condições econômico-políticas de então?

GUERRA E LOGOFOBIA

Evento desagregador e doloroso, a guerra é, simultaneamente, tempo de germinação de histórias: narrativas de pequenos soldados; de populações civis; de trabalhadores das indústrias bélicas; de industriais e/ou banqueiros financiadores do conflito; de participantes cujas nações estavam, antes do início do confronto, sob o domínio de alguma das grandes potências envolvidas; de crianças, velhos, mulheres, grupos étnicos, religiosos, culturais, geopolíticos etc. Em suma, de uma virtual multiplicidade narrativa cuja atualização se encontra em vias de ocorrer ao encerrar-se o conflito. Favorecendo essa atualização, saem às ruas, pós Segunda Guerra Mundial, dois *gadgets* produzidos pelas demandas de enfrentamento bélico: a máquina de calcular e o gravador de fita.

Da primeira, governantes e generais farão uso intensivo: calculam-se mortos, feridos, prisioneiros, aviões e embarcações abatidos, edifícios derrubados, cidades arrasadas etc. Do segundo, tudo se pode esperar: a fala divergente espregueada a cada esquina, anunciando-se perigosa para as novas formas de dominação articuladas nos tratados de paz, pois, com eles, a guerra se prolonga, agora fria. O mundo volta a dividir-se em dois campos – não mais nazistas e aliados, mas Leste (comunista) e Oeste (capitalista); pululam movimentos de libertação por parte dos povos antes submetidos aos Impérios Coloniais, e essa crítica em ato às colonizações porta o risco de se propagar aos conflitos existentes no interior das nações (entre etnias, gêneros, culturas, religiões, gerações, regiões, estatutos profissionais etc.); novos falcões, a Leste e a Oeste, batalham pela superioridade em armas e dão continuidade à guerra por outros meios (modo como Foucault define a política).

Nessas circunstâncias, emerge o *Oral History Research Office* da Universidade de Columbia. Embora a gravação em fita implique uma sugestiva combinação de teclas (*record-play*) – fazendo pensar que tudo o que

é dito-gravado (*record*) se faça audível (*play*) –, poucos são os que podem falar – apenas as vidas significativas – e a voz rapidamente vira letra, arquivada e destinada ao futuro – já que o presente deve ser apaziguado porque ameaça com um excesso de ruído. Quanto a isso, vale citar uma intervenção de Philip C. Brooks, diretor da Biblioteca Harry Truman: “Penso que há uma distinção real entre o pesquisador que entrevista pessoas para seus próprios objetivos a fim de inferir informação para seu próprio livro, e aquele que às vezes chamo historiador oral ‘puro’, que está acumulando um estoque de evidências para uso de outros pesquisadores (...); por definição é mais provável que [este último] esteja fazendo um trabalho mais objetivo do que aquele que está escrevendo seu próprio livro, especialmente aquele que tem um caso a provar” (Brooks *apud* Grele, 1996, p. 65).

As palavras de Brooks evidenciam o quanto o *imperativo arquivístico* posicionou a história oral em um espaço de virtualidades marcado por tensões, representando estratégia definida em favor da delimitação de competências tanto para falar como para legitimar-se como historiador (oral) desses que podem falar (e ser preservados para o futuro). Neste sentido cumpre lembrar, acompanhando Le Goff (1990, p. 535), que “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelas que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”.

(RE)DISCUTINDO A HISTÓRIA ORAL NO BRASIL

Uma apreciação da emergência da História Oral no Brasil à maneira da que efetivamos quanto aos Estados Unidos extrapolaria as dimensões concedidas ao presente texto – não exatamente pelo excesso de informações disponíveis, antes o contrário. Pois somente quando José Carlos Sebe Bom Meihy (USP) e Marieta Moraes Ferreira (CPDOC) se propuseram, nos anos 1990, a fundar uma associação brasileira, é que foi publicizada uma até então ignorada tentativa anterior no mesmo sentido, datada de 1975 – momento em que a intenção de abrir um campo dito ‘novo’, a história oral, despontara por iniciativa da Fundação Ford.

Essa descoberta, documentada nos arquivos do CPDOC, logo desencadeou uma série de indagações, que aqui sintetizamos através das formulações de Meihy (1996, p. 4): “... Por que a Fundação Ford estaria interessada em propagar uma ‘técnica nova’ que já se apresentava como ‘história oral’? (...) O que representava a inovação, na medida em que grupos

importantes de entidades acadêmicas respeitáveis, como o Centro de Estudos Rurais e Urbanos, já trabalhavam com depoimentos e entrevistas? (...); qual o sentido de uma agência estrangeira propor a promoção de programas acadêmicos dessa natureza?”.

Quanto a tais perguntas, avolumaram-se respostas. Antes de apresentar uma pequena parte delas, é necessário mencionar ao menos alguns (supostos) fatos. Diz-nos Ferreira (1996, p. 11-12) que, em 1974, foi criado o Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), tendo a Biblioteca Nacional por sede e congregando o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. O objetivo oficial do GDSCS consistia em preservar e favorecer a divulgação de todos os tipos de documentos relativos à história da sociedade brasileira. O Grupo dividia-se em quatro subgrupos: História Oral; Preservação e Restauração; Guia de Fontes; Bibliografia, Biblioteca e Documentação.

O subgrupo de História Oral foi formado pelo CPDOC (coordenador), a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Nacional de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina e o Centro de Memória Social Brasileira. A primeira iniciativa desse subgrupo representa, simultaneamente, a tentativa de *oficialização* do campo no Brasil e o começo do Programa de História Oral do próprio CPDOC – um curso de especialização, patrocinado pela CAPES e pela Fundação Ford⁴, ministrado em julho de 1975 nas dependências da Fundação Getúlio Vargas. O curso foi assistido por 35 alunos (33 universitários de diversas regiões do Brasil e 2 peruanos) e teve como professores os norte-americanos George Browne, James Wilkie e Edna Wilkie, além da mexicana Eugenia Meyer. O paradigma então divulgado é o arquivismo de Columbia. Ao final do curso, em 31/07/1975, ocorre a tentativa (frustrada) de criar uma associação brasileira (Meihy, 1996, p. IV).

Retornemos às reações à divulgação dessas informações. Com muitas perguntas e poucas respostas, como todos nós, sobre as forças em jogo nessa tentativa de oficialização, Meihy (1996, p. 4) se apressa em explicá-la apelando a uma espécie de *Guerra Fria nos Saberes*: “A escolha do México e do Brasil (...) não causa surpresa. Tratava-se dos dois mais importantes espaços nacionais em termos de equilíbrio político continental (...). No caso específico do Brasil, nosso ‘modelo de desenvolvimento’, proposto pelo golpe militar de 64, se afigurava como alternativa a ser imitada (...). Além do mais, depois de 1959, com a chegada de Fidel Castro ao poder, fazia com que os Estados Unidos olhassem para o continente com a preocupação de novas Cubas”.

Não ignoramos que, desde a década de 1960, a Aliança para o Progresso pensava em atenuar, com promessas de um desenvolvimento futuro, aspirações mais imediatistas de transformação da realidade latino-americana. Porém não será demasiado redutor o ato de ligar, de forma quase reflexa, financiamentos a programas determinados, em organizações circunscritas, a um grande colchão amortecedor da conflitiva Leste (Moscou) x Oeste (Washington)?

Meihy nos parece adotar caminho mais produtivo quando retrata o funcionamento dos programas apoiados. E isto porque, a despeito de serem grandes as ambições – rede nacional envolvendo diferentes estados, formação continuada⁵ –, a história oral acabou “por se internar em programas que, ainda que positivos e profícuos, foram apenas viabilizados nas instituições que acolheram inicialmente o esforço de difusão” (idem, p. IV). De fato, além do CPDOC, na segunda metade da década de 1970 firmou-se um único programa, o da Universidade Federal de Santa Catarina. Do mesmo espaço institucional proveio a dissertação “O documento de história oral como fonte histórica”, de Carlos Humberto P. Corrêa.

Enquanto Meihy suspeita (e eventualmente denuncia), outras vezes se fazem ouvir numa perspectiva de defesa, atenuação ou, inclusive, autoenaltimento. Dentre elas, a de Aspásia Camargo, diretora, em 1975, do Programa de História Oral do CPDOC, que surpreende pelos ares de liberdade que veicula. Segundo ela, embora a orientação inicial do programa do CPDOC pouco pareça diferir dos sonhos de Nevins – coleta de depoimentos de *homens públicos* com *papel destacado na história recente do país*; geração de fontes para o estudo de movimentos políticos, partidos, elites regionais, militares e política externa –, engana-se quem nisso percebe o dedo inquisitorial da Fundação Ford. Em entrevista concedida a Maria Celina d’Araújo despontam, ao contrário, aberturas por todos os lados: “... na verdade, o CPDOC criou uma metodologia pós-moderna, que é o antiortodoxo, o pragmático, o eclético... (D’Araújo, 1999, p. 169); “a entrevista não era um pretexto para se recolher de alguém alguma informação interessante (...), era uma forma de apropriação de um processo mais amplo, que o ator conseguia transmitir, porque, junto com ele, trazia toda sua vivência” (idem, p. 171); “... tive uma preocupação muito séria no CPDOC com a questão metodológica. Aí (...) a Ford trouxe para o Brasil dois ou três especialistas importantes. A visão americana era extremamente curiosa, pragmática (...) sem nenhuma preocupação metodológica maior (...). A Eugenia Meyer já vinha com uma visão mais latino-americana do movimento social (...). Mas ninguém se dava conta do que queríamos fazer, que

era uma coisa mais ambiciosa (idem, p. 171); “Eu tinha feito uma tese sobre as Ligas Camponesas (...) não estava do outro lado, falando das elites com um culto embutido das elites. (...). O fato de que estou trabalhando com elites não quer dizer que esteja a serviço delas, mas também não quer dizer o oposto....” (idem, p. 176).

As palavras de Aspásia Camargo que utilizamos para compor essa colagem provêm de uma entrevista datada de 1999. São, portanto, documentos *a posteriori*, fortemente condicionados pelo momento histórico de concessão da entrevista, pela relação com o entrevistador e pelas perguntas por este formuladas. Não temos motivo para duvidar de nossas fontes, que são sempre verdadeiras: podem indicar o que se fez, o que se desejou fazer, o que se pensou estar fazendo (Portelli, 1998). Renunciando à onisciência, o máximo que nos compete é multiplicar/confrontar letras e vozes – a nossa, inclusive –, tornando o leitor companheiro de procedimento e aliado (ou adversário) de eventuais conclusões. Sendo assim, retornemos à nossa perspectiva de análise, menos fundada em mentalidades ou ideologias (sejam elas reflexas ou resistenciais) do que em jogos de possibilidades estratégicas. Para tanto, desloquemo-nos para um autor um pouco mais afastado do foco problemático.

Ao investigar a situação dos intelectuais na América Latina durante os anos 1960 e 1970, Pécaud (1990, p. 262) aprecia o Brasil por contraste com a Argentina: “[Na Argentina], cada ruptura política se traduz numa grande crise das instituições intelectuais – as universidades em primeiro lugar –, na substituição das camadas de intelectuais que presidem à definição das propriedades do campo intelectual e suas formas de classificação, na desestabilização das representações da política no meio intelectual. Nada disso ocorre no Brasil. As instituições persistem apesar da repressão política”. Com tal avaliação, o autor não está negando que tenha havido censura, controle e perseguição a trabalhadores intelectuais durante o regime ditatorial brasileiro. A questão focalizada é outra: remete às condições de existência e funcionamento forjadas para a (e pela) intelectualidade.

Quanto a essas condições, assume importância crescente, no âmbito das ciências sociais, o que Pécaud designa como *ideologia profissional*⁶. A expressão sintetiza uma série de processos/práticas: generalização dos cursos de mestrado e doutorado; renúncia, por parte da intelectualidade, a erigir as ciências sociais em ideologia da nação; reapropriação do privilégio da produção teórica pelos especialistas universitários, em detrimento da militância (idem, p. 268). Sem deixar de agir ditatorialmente, portanto, o regime financia o desenvolvimento das ciências sociais (quatro cursos de

pós-graduação antes de 68, vinte e quatro em 80-81); moderniza as universidades públicas (a reforma de 1968 extingue as cátedras, aumenta o número de professores em tempo integral e dá origem a uma carreira com algum lugar para a pesquisa); acata certa representação dos profissionais frente ao Estado através das associações científicas etc.

Com base nesses assinalamentos, conclui Pécaud sobre o período pós-1968: “Impera o *discurso competente*. Este se impõe sobre o pano de fundo da neutralização política das classes populares; (...) permite preservar a hierarquia no interior das camadas cultas; e representa o direito de acesso à esfera política no contexto do autoritarismo. E esse *discurso competente* passa também como discurso da *sociedade civil* perante o Estado, visto que se modula em função da diversidade profissional que é uma das modalidades de reorganização da sociedade civil, e se apóia na multiplicidade de interesses das categorias profissionais dos amplos setores médios criados pelo *milagre*” (idem, p. 280).

Reunindo esses argumentos para forjar nossa análise da implantação oficial da História Oral no Brasil, cabe hipotetizar que sua emergência, restrita a poucos centros e universidades, tenha sido menos o efeito de uma guerra fria *ideológica* – direita *versus* esquerda – que de uma direção tática da intelectualidade. Talvez como defesa para não perecer, mas se inserindo, indubitavelmente, na construção de certo regime de verdade, ela se encaminha à profissionalização, marcada pelo discurso competente. Assim, monopoliza o título *história oral* – por mais que possa desviá-lo em favor de uma *história crítica* –, separa-se de um *vulgo* virtual – experiências outras, extra-acadêmicas ou academicamente minorizáveis, com a oralidade – e se capacita a defender interesses materiais e intelectuais – influência sobre órgãos de financiamento, reivindicação de alguma autonomia para a pesquisa etc. Em suma, a história oral brasileira dos anos 1970 pode não ter nascido *onde e como* nasceu por (e para) ser uma “história vista de cima”, uma “história das elites”, mas aparenta tê-lo feito como uma elite (profissionalizada) em história e, portanto, como uma *elite da história oral*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão “história oral” evoca, quase inevitavelmente, explosão de vozes, aleatoriedade discursiva, desejável/desejada indisciplina quanto às competências instituídas para falar e ser ouvido. Os surgimentos da História Oral focalizados neste artigo, no entanto, remetem a um estrito controle discursivo.

Nos Estados Unidos, a virtual multiplicidade do pós-guerra se vê pesadamente restringida pela delimitação dos que podem ser gravados/transcritos e pelas regras impostas ao procedimento, que separam purezas e impurezas – falas podem ser verdadeiras, mas estar fora do verdadeiro; não sendo sequer falsas, tornam-se simplesmente monstruosas (Foucault, 1996). Neste sentido, embora a História Oral norte-americana dos anos 1940/50 não se expanda conforme o ambicionado, esta presumida disfunção constitui sua própria positividade: poucos grandes agregados preservados – o que deve sobreviver, tornar-se memorável – contra o murmúrio incontido.

No Brasil ditatorial, por sua vez, a seleção dos discursos é feita de maneira menos *soft* – os porões dos organismos de segurança/tortura por ela se responsabilizam. O jogo de possibilidades estratégicas, neste caso, privilegia a delimitação dos historiadores: seja a história oral construída, ou não, segundo a perspectiva das elites, as forças em jogo se encarregam de separar uma “elite historiadora” (e “oral historiadora”) da vulgata.

Com tais conclusões, nosso trabalho pode soar defasado no tempo. Pois bem se sabe do ativismo característico da história oral norte-americana nas décadas de 1960 e 1970, quando se abandona a “história vista de cima” pela “*from the bottom up*”. E menos ainda se ignora o movimento crítico que, a partir do final dos anos 1970, paralelo à internacionalização da disciplina, fez da memória um sofisticado objeto histórico, ao invés do *locus* de uma verdade outra, a dos vencidos. No Brasil, por sua vez, desde a década de 1980 proliferaram as iniciativas, acadêmicas ou não, de trabalho com a oralidade, voltados para grupos muito distintos e sob diferentes paradigmas conceituais.

Esse hipotético anacronismo do texto que ora concluímos, entretanto, apresenta talvez o que ainda somos (e estaremos deixando de ser?). A cada vez que nos Congressos e Encontros de História Oral, internacionais ou nacionais, alguém vibra com a ausência, ou se incomoda com a presença do “outro”, do murmúrio não regulamentado, não padronizado, não canonizado, o antigo jogo estratégico de controle discursivo se faz presente.

Cumpramos finalmente dizer que linhas de fuga a essa história oral *ainda* elitista, porque abomina o hibridismo e a polifonia – por mais que os glorifique teoricamente na forma de uma comportada interdisciplinaridade –, se fazem ouvir na produção de alguns oralistas contemporâneos. Mas isso já seria um outro artigo, uma outra história... pois quicá ainda seja a *logofobia* o jogo hegemonicamente praticado pela história oral do/no presente.

REFERÊNCIAS

- Benjamin, W. (1983). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. In W. Benjamin. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril.
- Benjamin, W. (1994). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Lescov. In *Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.
- D’Araujo, M.C. (1999). Como a história oral chegou ao Brasil. Entrevista com Aspásia Camargo. *História Oral – Revista da ABHO*, 2.
- Dunaway, D.K., & Baum, W. (eds.). (1996). *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Ferreira, M.M. (1996). História oral e tempo presente. In Meihy, J.C.S.B. (org.) – *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Fontana, J. (1998). *História depois do fim da história*. Bauru: EDUSC.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade II. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1987a). *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1987b). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.
- Grele, R. (1996). Directions of Oral History in the United States. In Dunaway, D.K., & Baum, W. (eds.). *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Le Goff, J. (1990). *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- Meihy, J.C.S.B. (1996). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Nevins, A. (1996). Oral History: how and why it was born. In Dunaway, D.K., & Baum, W. (eds.). *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Pécaud, D. (1990). *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática.
- Portelli, A. (1998). *What makes oral history different*. In Perks, R., & Thomson, A. (eds.). *The oral history reader*. London and New York: Routledge.
- Starr, L. (1996). Oral History. In Dunaway, D.K., & Baum, W. (eds.). – *Oral history: an interdisciplinary anthology*. Walnut Creek: Altamira Press.
- Thomson, A. (2000). Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In Ferreira, M.M., Fernandes, T.M., & Alberti, V. (orgs.). *História Oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC-FGV.
- Trebisch, M. (1994). A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In Ferreira, M.M. (org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim/FINEP.
- VIDAL, D. (1990). De Heródoto ao gravador: histórias da História Oral. *Resgate – Revista do Centro de Memória/Unicamp*, 1.

Recebido em: 27/05/2009. Aceito em: 17/02/2010.

Notas:

- ¹ A AI está ligada às idéias de Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari. No Brasil, consiste em uma rede de conceitos e práticas a que se reúnem ainda os psicanalistas argentinos ligados ao Grupo Plataforma, a Psiquiatria Democrática de Basaglia e inúmeras contribuições locais.
- ² O fonógrafo e o gravador em fio de aço datam do final do século XIX. Os exemplares de fita magnética (magnetofones) foram criados pelos alemães durante a 2ª Guerra Mundial e copiados pelos norte-americanos, que os comercializaram ao final dos anos 1940.
- ³ A substituição da narração pela informação é circunstância bem mais remota que a emergência da história oral, pois acompanha a constituição da sociedade capitalista. Por outro lado, quando menciona a guerra, Benjamin obviamente se refere à Primeira Guerra Mundial.
- ⁴ O Brasil era o terceiro foco dos investimentos da Fundação Ford em história oral na América Latina, dirigidos anteriormente à Argentina e ao México.
- ⁵ Em 1977, sob os auspícios da Fundação Ford e da OEA, novo curso de especialização foi oferecido, na UNB, tendo como professores William Moss (Biblioteca J. Kennedy) e Aspásia Camargo.
- ⁶ Pécaud usa o termo *ideologia*, mas este não remete a um conjunto de representações sem positividade própria, cuja base de apoio repousaria em outro lugar – na infraestrutura econômica, no sujeito ou na verdade. Neste sentido, vemos sua perspectiva em consonância com a nossa.

Autores:

- Heliana de Barros Conde Rodrigues – Professora adjunta e procientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com atuação nos cursos de graduação em Psicologia, especialização em Psicologia Jurídica e Pós-graduação em Psicologia Social. Professora-colaboradora do Mestrado em Psicologia Institucional da UFES. E-mail: <helianaconde@uol.com.br>.
- Vanessa Menezes de Andrade – Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Aluna do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da UERJ. E-mail: <vanessadomar@gmail.com>.
- Daniel Maribondo Barboza – Aluno do curso de graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista de Iniciação Científica - CNPq. E-mail: <maribondo.d@gmail.com>.
- Amanda dos Santos Gonçalves – Aluna do curso de graduação em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: <amandasgon@gmail.com>.
- Fernanda Alcântara – Psicóloga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: <fefeeoliveira@yahoo.com.br>.

Enviar correspondência para:

Heliana de Barros Conde Rodrigues
Av. São Sebastião, 256
CEP 22291-070, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: <helianaconde@uol.com.br>